

A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NO SPAECE-ALFA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUÍS COSTA NO PERÍODO DE 2011 A 2019

Rosário de Maria Leite Vasconcelos*

RESUMO

Este artigo analisa a evolução do desempenho da E.M. Prof. Luís Costa, nas avaliações do SPAECE-Alfa, no período de 2011 a 2019, pois verifica-se uma expressiva melhoria na qualidade da alfabetização ofertada às crianças, do 2º ano do ensino fundamental. Essa mudança no rendimento da escola fica mais visível, quando comparamos seu baixo desempenho em 2011, quando foi apoiada, até 2019, ao ser premiada no Escola Nota 10. Nessa ocasião surge o interesse em interpretar os dados educacionais e o desempenho das políticas de responsabilização, PAIC e Escola Nota 10, adotadas no estado, e as possíveis influências destas na transformação do cenário da escola, visto que procuram contribuir para a melhoria da qualidade e equidade da educação, por meio de incentivos financeiros e técnico-pedagógicos. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e análise de dados secundários, como proficiência média, padrão de desempenho, percentual de participação e o índice de desempenho escolar, utilizados na construção da série histórica com os resultados da escola. O objetivo das avaliações do SPAECE-Alfa, como política educacional, é importante para a verificação e monitoramento do processo de alfabetização, contudo, para a formação integral das crianças, outros elementos também importam e, embora não avaliados, precisam ser transmitidos e priorizados, como as relações sociais, culturais, emocionais e afetivas. Por isso é necessário o envolvimento de todos, do gestor municipal à comunidade escolar e familiar, para que as políticas públicas contribuam, efetivamente, na evolução da aprendizagem e da formação integral das crianças, nesse processo fundamental e indispensável, a alfabetização. Palavras-chave: Avaliação Educacional. SPAECE-Alfa. Escola Nota 10.

ABSTRACT

This article analyzes the evolution of the performance of the E.M. Prof. Luís Costa, in the SPAECE-Alfa assessments, in the period from 2011 to 2019, as there is a significant improvement in the quality of literacy offered to children in the 2nd year of elementary school. This change in the school's performance becomes more visible when we compare its low performance in 2011, when it was supported, to 2019, when it was awarded in the Escola Nota 10. On this occasion, the interest arises in interpreting the educational data and the performance of the accountability policies, PAIC and Escola Nota 10, adopted in the state, and their possible influences on the transformation of the school scenario, since they seek to contribute to the improvement of the quality and equity of education, through financial and technical-pedagogical incentives. The methodology used was a literature review and analysis of secondary data, such as average proficiency, standard of performance, percentage of participation and the school performance index, used in the construction of the historical series with the school results. The objective of SPAECE-Alfa evaluations, as an educational policy, is important for the verification and monitoring of the literacy process, however, for the integral formation of children, other elements also matter and, although not evaluated, need to be transmitted and prioritized, such as social, cultural, emotional and affective relationships. This

* Especialista em Estatísticas e Avaliação Educacional. Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: rosario.maria@sme.fortaleza.ce.gov.br

is why the involvement of everyone is necessary, from the municipal manager to the school and family community, so that public policies effectively contribute to the evolution of learning and the integral formation of children in this fundamental and indispensable process, literacy.

Keywords: Educational Evaluation. SPAECE-Alfa. Score 10 School.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre as avaliações educacionais em larga escala, temática que conquistou importância nas últimas décadas no âmbito educacional brasileiro. Nessa perspectiva, após a institucionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990, pelo governo federal, alguns estados consideraram a possibilidade de terem o seu próprio sistema avaliativo, dentre eles, o Ceará. Ressaltamos que inúmeras iniciativas¹ foram criadas nesse cenário, reorganizando estratégias a fim de se obter instrumentos eficazes que tivessem como principal objetivo promover uma educação de qualidade no Brasil.

Diante de um resultado que apontou problemas nos indicadores educacionais no estado, principalmente relacionados à universalização, equidade e qualidade do ensino, o Ceará passou a desenvolver mecanismos para solucionar essas questões. Assim, a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) passou a desenvolver um sistema de avaliação que apresentasse um diagnóstico mais rápido, preciso, específico e que auxiliasse na formulação e adequação de políticas públicas voltadas à promoção da qualidade e equidade da educação ofertada no estado. Então, em 1992, o governo utiliza, além dos indicadores provenientes das avaliações nacionais e do Censo Escolar, os resultados das avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), como subsídio para intervenções destinadas a garantir uma educação pública de qualidade no estado. O SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) caracteriza-se como uma “avaliação externa que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática”². O SPAECE-Alfa, por sua vez, é um desdobramento do sistema citado anteriormente e tem como foco a avaliação dos alunos no 2º ano do ensino fundamental, com o propósito de verificar o nível de proficiência em leitura do aluno, ou seja sua alfabetização.

Destaca-se, no presente estudo, os resultados das avaliações de alfabetização em larga escala do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) na Escola Municipal Professor Luís Costa.

No tocante ao objetivo geral da pesquisa, faz-se importante destacar a análise da trajetória da evolução dos resultados do SPAECE-Alfa, de 2011 a 2019, na Escola Municipal Professor Luís Costa – uma instituição de ensino fundamental da cidade de Fortaleza.

É necessário realçar também que o artigo foi elaborado mediante a perspectiva de uma profissional que trabalha, como técnica, na Secretaria Municipal de Educação. No qual há um

¹Destacam-se as decisões do governo federal de criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, do Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1995, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998. Também nesse sentido citamos a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, que desde 2005 foi incorporada ao Saeb, bem como a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que juntas passaram a compor o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. O ensino superior é avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) por meio, dentre outros instrumentos, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Alguns estados, motivados pela experiência do Saeb, também criaram o seu próprio sistema. Exemplos: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), em 1996; Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), em 2000; Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), em 1992; Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), em 2000; Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), em 1995 e outros.

² SEDUC-CE, Spaece, O Programa. 2020. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/spaece>>

empenho em interpretar os dados educacionais apresentados pelo estado do Ceará, por meio do SPAECE e, ainda, as prováveis influências e dinâmicas das políticas educacionais adotadas na região.

Quanto à metodologia, utilizou-se de análise bibliográfica e consulta a recursos e dados secundários apresentados nos domínios do SPAECE, da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Censo Escolar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da plataforma QEdU. Os dados mais significativos relacionados ao SPAECE-Alfa examinados nesse artigo são proficiência média, indicação do padrão de desempenho, percentual de participação na avaliação e o índice de desempenho escolar (IDE), o qual é constituído pela proficiência da escola, taxa de participação na avaliação e fator de ajuste para universalização do aprendizado.

As referências bibliográficas foram feitas a partir de revistas, artigos, e teses que versam sobre o assunto – nesse contexto, apontam-se os autores Alícia Bonamino (1999); Creso Franco (1999); Nigel Brooke (2006; 2011); Maria Amália de A. Cunha (2011); Almerindo Janela Afonso (2009); Sofia Lerche Vieira (2007); Nilma Fontanive (2013); Iza Locatelli (2002); Rosimar Serena Siqueira Esquinzani (2016); Mariane Campelo Koslinski, Eduardo Ribeiro e Luísa Xavier de Oliveira (2017); Erineuda do Amaral Soares (2018); Flávia Obino Corrêa Werle (2018); Luís Antônio Fajardo Pontes (2012; 2020) e Solange Pereira da Silva (2020).

Ainda no aspecto metodológico, ressalta-se o interesse pela Escola Municipal Professor Luís Costa, a partir de seu quadro de evolução dentre as avaliações periódicas do SPAECE-Alfa. Nas primeiras avaliações, de 2007 a 2014, a escola citada apresenta uma proficiência média variando entre 106.7 a 141.0 e a indicação do padrão de desempenho entre o intermediário e suficiente, onde sinaliza que os alunos do 2º ano podem ser considerados alfabetizados, embora apresentem dificuldades para realizar leituras mais extensas. Contudo, em 2011, a escola registra a pior proficiência e padrão de desempenho do período e, diante desse resultado e da política pública adotada no estado, Escola Nota 10, a escola foi inserida entre as 150 escolas do estado que apresentaram os piores resultados do SPAECE-Alfa, denominadas de escolas apoiadas, pois recebem assistência técnica e pedagógica das escolas premiadas no mesmo ano. A partir de 2015, de forma gradual, a escola consegue melhorar os resultados da alfabetização das crianças, de maneira que, em 2019, apresenta padrão de desempenho desejável e proficiência média de 268.6 nas avaliações do SPAECE-Alfa.

A opção por selecionar para a pesquisa o 2º ano do ensino fundamental, ou seja, a etapa compreendida para a alfabetização, decorreu da centralidade que este período significa, visto que a ausência de uma alfabetização adequada, realizada no ciclo apropriado, provoca inúmeros obstáculos à formação educacional e social da criança.

Como hipótese da pesquisa, trabalha-se a possibilidade de uma ação benéfica de programas como o PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) e o Prêmio Escola Nota 10, diante da melhoria do desempenho das redes de ensino inseridas nesse contexto. Em meio às motivações para a escolha do tema, há a intenção de mostrar a possível indicação de políticas de responsabilização no desenvolvimento de profissionais, alunos, escolas e municípios. O fato de perceber a extrema mudança no rendimento escolar da Escola Municipal Professor Luís Costa, depois de ser apoiada em 2011 em um dos programas supracitados e estar entre as 150 escolas premiadas, em 2019, também foi de muita relevância para despertar o interesse voltado ao assunto desse artigo.

Vale declarar também que, a partir do ponto de vista de uma educadora, manifesta-se um interesse profissional, bem como educacional nessa temática. As avaliações em larga escala revelam novas possibilidades e implicações que modificam, progressivamente, a atuação dos

gestores, educadores e alunos. Essa renovação desperta a curiosidade, o entendimento e a certeza de que a educação é transformadora.

Contextualizando a questão abordada, a primeira seção do artigo introduz e desenvolve tais instrumentos de avaliação e outros indicadores educacionais, dando ênfase ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ao Censo Escolar. Dessa forma, disponibiliza-se uma base histórica e didática para uma melhor compreensão do assunto, apresentando características e finalidades de cada recurso.

Num segundo momento, introduz-se o cenário de avaliação da educação do Ceará, retratando a lógica do SPAECE e a repercussão que tal sistema trouxe à educação cearense. O foco aprofunda-se, então, na avaliação do SPAECE-Alfa, revelado anteriormente. Nessa condição, destaca-se também o PAIC, que possui metas relacionadas à alfabetização.

Prosseguindo na esfera educacional cearense, expõe-se o modelo das políticas de responsabilização ou *accountability* educacional. Além de esclarecer e desenvolver tal tema, é focalizado o Prêmio Escola Nota 10, que possui o objetivo de valorizar a gestão educacional, com base na aprendizagem do aluno. Diante disso, são divulgadas as possíveis referências de tal política, na melhoria do desempenho de um grande número de escolas no estado do Ceará.

Na terceira seção do artigo, evidencia-se a conjuntura da Escola Municipal Professor Luís Costa, que teve seu percurso permeado por programas educacionais, como o PAIC e o próprio Escola Nota 10. Também nesse ponto, levanta-se a possibilidade da influência de tais programas no rendimento escolar dessa instituição, principalmente, ao longo do período de 2011 a 2019.

Por fim, o assunto do artigo é concluído numa última seção, que traz as considerações finais da pesquisa, bem como retoma o tema principal, salientando a importância das avaliações educacionais em larga escala e os prováveis benefícios e incentivos dos programas e políticas desenvolvidos no estado, tendo em vista melhorias na qualidade da educação do Ceará.

2 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM LARGA ESCALA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL

As avaliações educacionais em larga escala surgiram no Brasil em decorrência de uma forte tendência mundial de quantificar e qualificar a educação ofertada nos países. A partir da interferência de organismos internacionais³ tecnologias da comunicação, informação e demandas contemporâneas num contexto econômico, político, cultural e social, os países adotaram procedimentos com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino destinado à formação de seus alunos. Com relação aos sistemas de avaliação do desempenho de alunos Fontanive (2013) ressalta que:

Os sistemas de avaliação do desempenho de alunos desenvolvidos no mundo contemporâneo, em particular nas duas últimas décadas, frequentemente aplicados a um grande número de estudantes e, por essa razão, chamados de sistemas de avaliação em larga escala, têm assumido prioritariamente um caráter diagnóstico. Eles podem ser mais bem definidos como sistemas de informações consistentes, confiáveis, válidos e comparáveis, voltados, em uma primeira instância, para fornecer às autoridades educacionais e aos

³ Um dos organismos que constituiu programas de avaliações externas em países integrantes e colaboradores, como o Brasil, foi a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Órgão supranacional com sede em Paris - França, que agrupa, principalmente, os países de economia mais avançada do mundo, ou seja mais desenvolvidos. É também responsável pela aplicação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o PISA, que representa a avaliação educacional mais famosa, internacionalmente, da qual o Brasil, mesmo não sendo membro da OCDE, participa desde seu início, como país convidado. (PONTES, 2012).

demais interessados respostas sobre a qualidade da educação oferecida aos alunos pelas nações, estados, municípios ou determinada rede escolar. (FONTANIVE, 2013, p. 85).

Mesmo provocando na comunidade acadêmica e educacional opiniões divergentes, alguns autores como Patrícia Broadfoot (1996), Almerindo Afonso (2000), Sandra Sousa (2008), Diane Ravitch (2010), Adriana Bauer (2012), Nigel Brooke (2013); Luiz Freitas (2013), Romualdo Oliveira (2013) e Ocimar Alavarse (2014) que, dentre vários aspectos, se posicionam criticamente quanto à aplicabilidade na gestão educacional, à valorização dos resultados em detrimento dos processos escolares, ao estabelecimento de rankings, prêmios, recursos para as escolas, ao controle das redes de ensino, ao estreitamento do currículo, ao direcionamento de políticas e programas educacionais, os sistemas de avaliação em larga escala disseminaram-se no mundo e também no Brasil. Atualmente poucos são os países, estados ou municípios que ainda não desenvolveram e empregaram avaliações extensivas do desempenho dos seus alunos. (FONTANIVE, 2013).

A Declaração Mundial de Educação para Todos⁴ resultado da Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990, organizada pela UNESCO⁵, UNICEF, PNUD e o Banco Mundial, aponta o Ensino Fundamental como preferência para a década que se iniciava, define um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e a exigência de melhoria da qualidade da educação, relacionando-a com a implantação de sistemas de avaliação do desempenho dos estudantes.

No processo para implementação de um sistema nacional de avaliação da educação básica no Brasil, ou seja, para a criação do SAEB, várias articulações foram realizadas na busca por um sistema que não apenas identificasse a abrangência do atendimento, mas, principalmente, o desempenho dos alunos. (BONAMINO e FRANCO, 1999). Os autores citados relacionam a origem do SAEB com demandas do Banco Mundial às autoridades brasileiras, quanto ao desenvolvimento de uma sistemática de avaliação com o objetivo de verificar os impactos do Projeto Nordeste⁶. Sobre a influência do Banco Mundial na criação do SAEB, (BONAMINO e FRANCO, 1999) destacam que:

Embora os ciclos de avaliação de 95 e 97 tenham sido os primeiros financiados com verba oriunda de empréstimos do Banco Mundial, não é possível deixar de registrar o papel indutor da política de avaliação exercido pelo Banco Mundial desde o primeiro ciclo de 1990. (BONAMINO e FRANCO, 1999, p. 120).

Com três décadas de realização, o SAEB passou por uma nova reestruturação para se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contudo seu objetivo de apresentar um diagnóstico da educação básica do país, concedendo elementos concretos para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas direcionadas à educação básica, permanecem. (INEP, 2019). Na tentativa de detalhar as consideráveis intenções do SAEB, (LOCATELLI, 2002) especifica os objetivos em:

⁴ No Artigo 1, item 4 da Declaração Mundial de Educação para Todos revela que: A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação. UNICEF, 1990.

⁵ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. UNICEF, 1990

⁶ Projeto Nordeste, segmento Educação, no âmbito do VI Acordo MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD (Brasil, 1988), coordenado pela então Secretaria Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação - Seneb/MEC. (BONAMINO E FRANCO, 1999).

(i) monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade do sistema de educação básica; (ii) oferecer às administrações públicas de educação, informações que lhes permitam avaliar seus projetos educacionais e formular programas de melhoria da qualidade de ensino; (iii) proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade informes sobre os resultados dos processos de ensino e dos fatores contextuais a eles associados. (LOCATELLI, 2002, p. 9).

Para monitorar e acompanhar essas questões o SAEB utiliza testes cognitivos e questionários que são aplicados aos alunos, professores, diretores e secretários de educação, onde são inseridas informações relativas à fatores socioeconômicos e contextuais, que muito colaboram na interpretação e no entendimento decorrentes dos testes, os quais são produzidos com base nas matrizes de referência e os conteúdos correlacionados à competências e habilidades esperadas para cada série e disciplina. Os itens presentes no teste de desempenho são organizados na escala de proficiência a partir dos critérios estimados, segundo a Teoria de Resposta ao Item (TRI), a qual é empregada tanto na elaboração, quanto na correção e análise dos testes. (INEP, 2019). Nessa questão, torna-se necessário que o professor receba capacitação técnica e pedagógica, quanto à dinâmica avaliativa, no sentido de prepará-lo na compreensão dos resultados apresentados e, principalmente, na interpretação de escalas de proficiências. (FONTANIVE, 2013).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) acrescenta ao aspecto pedagógico das avaliações em larga escala a viabilidade de produzir resultados sintéticos, de fácil compreensão. Este índice é um recurso utilizado para monitorar o desempenho da educação nacional, realizando o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, as quais são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, bem como agrupa os dados de duas importantes dimensões usadas para mensurar a qualidade da educação: a taxa de rendimento escolar, obtida por meio do Censo Escolar, realizado anualmente pelo MEC/INEP em parceria com as secretarias de educação, e as médias de desempenho do SAEB, cujas avaliações são realizadas a cada dois anos. (MEC, 2020).

Em seguida destaca-se o Censo Escolar, detentor de influência para o conhecimento da educação básica brasileira. Esse sistema consiste em uma pesquisa declaratória, realizada anualmente, com o objetivo de recolher informações sobre as redes de ensino básico, de onde são obtidos dados, tais como a matrícula, o fluxo escolar, a infraestrutura das escolas, a jornada escolar, dentre outros. Desde 2007, o Censo Escolar utiliza o sistema informatizado, Educacenso, integrando tecnologias para reunir, ordenar e disseminar dados da escola, do aluno e do professor. Antes era realizado através de questionário padronizado aplicado na própria escola. As informações colhidas compõem a base de dados que o INEP utiliza na aplicação das suas avaliações e para a construção de indicadores, como o IDEB. Por meio desses dados censitários é possível acompanhar e avaliar os sistemas educacionais brasileiros, realizando estudos e análises comparativas que contribuem, principalmente, na elaboração de políticas públicas direcionadas a transferência de recursos. Um exemplo importante da sua aplicabilidade diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), uma vez que é a base de dados oficial, para o cálculo dos recursos a serem repassados aos estados e municípios, conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. (INEP, 2020). Enfatiza-se aqui, a prudência ao responder o Censo Escolar, visto

que seus dados são, também, referência para a gestão de programas federais⁷, indispensáveis ao processo educacional.

Em conformidade com o tema deste trabalho, faz-se necessário atentar para uma das três modalidades de avaliação, que passou a integrar o SAEB. Trata-se de uma avaliação em larga escala, de conhecimentos relativos à língua portuguesa e matemática, aplicada pelo governo federal, ao final, do que era considerado à época, de ciclo de alfabetização, nas escolas públicas do país, nos anos de 2013, 2014 e 2016.

A importância de avaliar e acompanhar o aprendizado das crianças nos anos iniciais da sua alfabetização, em particular os conhecimentos relacionados à leitura, escrita e matemática são necessários, pois viabiliza a análise e a modificação de condutas para a elaboração de novas estratégias que visem o alcance das metas para a educação. No entanto, mesmo percebendo que as avaliações externas produzem resultados a médio e longo prazos, e que o ciclo de alfabetização continua além desse período, é fundamental o envolvimento e a compreensão dos atores envolvidos, no sentido de perceber em qual estágio a criança se encontra, quanto ao domínio da leitura e escrita e, assim, intervir imediatamente no sentido de ajudá-la a ser alfabetizada, na rotina diária da sala de aula.

Ao tomar a alfabetização como base de preocupações governamentais, a esfera federal instituiu a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) que passou a ser, em 2013, um dos instrumentos do SAEB para verificar as condições de oferta do ciclo de alfabetização na rede pública e mensurar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa e a alfabetização em matemática dos estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental. (BRASIL, 2013).

A ANA foi inserida, conforme o interesse pela alfabetização apontado no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que fora constituído e assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, em 2012, com o compromisso de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do ciclo de alfabetização, nas escolas rurais e urbanas. A ênfase ao citado ciclo deve-se ao entendimento de que é esperado, nesse período, que cada criança tenha garantido o direito às aprendizagens básicas de leitura e escrita, bem como à fixação e o desenvolvimento de saberes, expressões e aprendizagens fundamentais, das demais áreas e componentes curriculares obrigatórios (Brasil, 2013), além de cumprir a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE)⁸, que prevê a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o 3º ano do ensino fundamental, até 2024. Destacamos que em 2018, a nomenclatura ANA foi extinta e a avaliação da alfabetização foi incluída ao SAEB.

Tomando por referência a BNCC do ensino fundamental, a qual indica que a alfabetização deve estar concluída ao final do 2º ano, no SAEB 2019, testes de língua portuguesa e matemática foram aplicados a uma amostra composta de escolas públicas e privadas, localizadas em zonas rurais e urbanas, com dez ou mais alunos matriculados em turmas de 2º ano do ensino fundamental, distribuídas nas 27 unidades federativas. Assim, é notório que os mais variados grupos da sociedade cobram do governo uma melhor educação, com diretrizes mais efetivas que promovam qualidade e equidade no ensino público (PONTES,

⁷ Tais como: Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE; Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo, dentre outros. (FNDE, 2020).

⁸ O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação, direcionando esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Instituído pela Lei nº 13.005/2014, definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira e 20 metas a serem cumpridas no decênio 2014/2024, que envolvem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior.

2012) e, conseqüentemente, o assunto é explorado nas agendas políticas, sociais e econômicas do mundo inteiro.

Dessa maneira, as políticas públicas de avaliação em larga escala permitem direcionamentos financeiros e formativos para atingir a equidade educacional, considerando as questões econômicas, sociais, culturais e demográficas que envolvem o solo brasileiro. Com dimensões continentais, o país evidencia desigualdades socioeconômicas e numerosa diversidade cultural e social, que são fatores percebidos, frequentemente, na insuficiência de recursos destinados a algumas regiões e populações brasileiras. (PONTES, 2020). Por isso a importância e a segurança quanto à destinação e o gerenciamento responsável dos recursos para a educação. Nesse sentido, as informações presentes no Censo Escolar permitem uma leitura e análise aprofundadas do sistema, visto que posteriormente, apresentam por meio dos indicadores educacionais, o cenário, teoricamente, existente.

Em consonância com a política educacional brasileira, alguns estados da federação também iniciaram a adoção dos seus próprios sistemas avaliativos. No Ceará, após as primeiras avaliações do SAEB, foram percebidos problemas devido à baixa qualidade do ensino e aprendizagem, como também relacionado ao acesso à escola pública. Foi então que, em 1992, o Ceará realizou sua primeira avaliação, de forma experimental, dando início ao Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), pela SEDUC.

3 O SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ – SPAECE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SPAECE-ALFA

No propósito de fomentar, no estado, um ensino de qualidade com igualdade para todos os alunos da rede pública e de apresentar um diagnóstico mais rápido, preciso e específico da educação ofertada, o estado do Ceará criou em 1992 o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Destacamos que em sua primeira aplicação, o SPAECE avaliou 14.600 alunos, da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, somente na capital, Fortaleza. A cada nova avaliação, sua abrangência era ampliada, até que, em 2004, universalizou a prática avaliativa a todas as escolas estaduais e municipais dos 184 municípios cearenses, assim como incluiu outras séries/anos ao instrumento avaliativo, que desde então, colabora na formulação e adequação de políticas públicas no sentido de promover uma educação com mais qualidade e equidade no estado. Especificamente,

O SPAECE, na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala, que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos. Realizada de forma censitária, essa avaliação abrange as escolas estaduais e municipais, tendo como orientação Matrizes de Referência alinhadas com as do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). (CEARÁ, 2020).

Notadamente, a partir da instituição do SAEB e sua influência na criação de outros sistemas de avaliação no país, como o SPAECE, propiciaram a percepção e a mensuração de aspectos inerentes ao ensino que é ofertado nas escolas e o quê, de fato, os alunos, aprendem ou por que não aprendem. Os questionários respondidos pelo alunos, professores e diretor da escola complementam o processo de avaliação, fornecendo informações importantes que permitem uma análise, mais aproximada possível, de todo o contexto. (VIEIRA, 2007) declara que:

Vale ressaltar que em nenhum momento anterior da política educacional teve-se a possibilidade de obter um retrato tão fiel do desempenho de estudantes,

nas áreas de conteúdo e séries avaliadas”. E acrescenta “[...] há um aspecto muito importante a destacar no SPAECE/2004, que diz respeito ao potencial pedagógico do uso de seus resultados.” (VIEIRA, 2007 p. 51).

A referência que a autora fez ao ano 2004, diz respeito a mais expressiva mudança ocorrida no SPAECE. Nesse período a rede municipal de ensino foi integrada ao sistema e foi avaliado o maior número de escolas e alunos desde a sua criação. Na ocasião, diferentes tipos de relatórios foram amplamente publicados e divulgados em toda a rede pública do estado. Sobre isso, Vieira (2007), com experiência na educação cearense, exprime:

Pela primeira vez trabalhou-se com instrumentos que auxiliam a escola a enxergar seu próprio desempenho, identificando fraquezas e potencialidades, o que representa importante subsídio para sua melhoria. Esse trabalho foi feito em todas as regiões e municípios do Estado, sem distinção entre escolas municipais ou estaduais. A melhoria da escola pública requer um entendimento de tal natureza e a concepção de uma rede única de ensino. [...] O trabalho de socialização dos indicadores de resultados envolve uma pedagogia de difusão. (VIEIRA, 2007 p. 51).

Antes de dar início ao tema principal deste artigo, o SPAECE – Alfa, que por sua vez, é um desdobramento do sistema já iniciado no estado e que tem como objetivo verificar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do ensino fundamental, se faz necessário rememorar o cenário no qual o Ceará se encontrava, quando foi criado o Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE), em 2004.

Os resultados do SAEB, em 2001 mostraram um quadro preocupante, pois apontaram o Ceará, como um dos dois estados brasileiros, com os piores desempenhos em proficiência em língua portuguesa, na 4ª série e, pior ainda, metade das crianças e adolescentes que concluíam a 4ª série do ensino fundamental, não estavam inteiramente alfabetizadas. Também os dados do Censo IBGE, em 2000, expressaram que as taxas de analfabetismo escolar, na faixa de 7 a 14 anos, eram alarmantes no estado.

Em 2004, mais uma constatação. O SAEB indicou que, em cada 10 crianças que terminavam a 4ª série no Ceará, 7 tinham intensas dificuldades para leitura. O que causou mais inquietude foi perceber que essas crianças, não alfabetizadas plenamente, frequentavam a escola. Nesse cenário, surgiram alguns questionamentos que buscavam uma explicação para a insistência de um aluno permanecer até a 4ª série, na condição de não alfabetizado, tais como o insatisfatório ensino ofertado nas escolas, a existência de fatores externos à escola, que não estão sendo bem absorvidos pelo ambiente escolar, entre outros. (IPECE, 2010)⁹.

Esses elementos foram determinantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Comitê, formado por representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), SEDUC, Universidades, Assembleia Legislativa do Estado, INEP e outros, que possuíam como desígnio, a viabilidade de garantir a eliminação do analfabetismo escolar no estado, até 2010.

O Comitê colaborou na concepção, estruturação e realização de pesquisas com a finalidade de produzir um diagnóstico, que revelasse o nível de leitura e escrita dos alunos da 2ª série, das escolas públicas, assim como identificasse as condições e formas de organização do trabalho escolar e docente, verificasse os programas e instituições de formação de docentes, para as séries iniciais, divulgasse as políticas e experiências exitosas na rede pública, no sentido de favorecer a plena alfabetização das crianças, nas escolas cearenses. (UNICEF, 2005).

⁹ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Após realizar pesquisas, seminários e audiências públicas, o Comitê concluiu seu trabalho evidenciando o analfabetismo escolar, que incidia na condição da escolaridade sem aprendizagem, como um grave problema presente nas escolas e o estado reconhecia o grande desafio a ser enfrentado.

Aproveitando a mobilização social com vistas a melhoria educacional, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE) e a UNDIME – CE, com apoio do UNICEF criaram o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), com a finalidade de auxiliar os municípios na melhoria da qualidade do ensino da leitura e escrita no ensino fundamental. O propósito era envolver os prefeitos, responsabilizando-os pelo programa, ou seja pela alfabetização das crianças na idade certa, em seus municípios.

Em 2007 a SEDUC assumiu a execução do PAIC, que passou a ser política pública estadual. Com a prioridade dada a alfabetização, o SPAECE foi ampliado e passou a avaliar a capacidade de leitura dos alunos do 2º ano do ensino fundamental, da rede pública, com o objetivo de produzir um indicador relativo à habilidade de leitura, criando assim a dimensão SPAECE-Alfa, cuja concepção surge do interesse em avaliar os resultados finais do processo de alfabetização das crianças, logo no início de sua escolaridade, permitindo assim, conferir os efeitos do trabalho realizado por meio do PAIC. Os 184 municípios cearenses são apoiados pelo estado no sentido de adotarem estratégias de gestão firmadas no diagnóstico, planejamento, definição de metas, acompanhamento e monitoramento educacional, na perspectiva de fortalecer a gestão municipal. A ideia de que há uma idade certa para a alfabetização de crianças foi disseminada pelo PAIC e o trabalho dos municípios, em relação à educação, é marcado pelo objetivo de alfabetizar todas as crianças até sete (07) anos de idade.

Dois mecanismos foram adotados pelo governo do estado a fim de estimular a priorização da alfabetização na idade certa pelos municípios. O primeiro foi a alteração dos critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Uma nova lei estadual condicionou parte do repasse do imposto a indicadores de educação, saúde e meio ambiente. O segundo foi o Prêmio Escola Nota Dez, que concede dinheiro às 150 escolas com os melhores resultados de alfabetização do estado e contempla com recursos financeiros as 150 escolas com os menores resultados. (PAIC - SEDUC, 2012. p. 20).

No estado a alteração na distribuição dos 25% da cota-parte do ICMS passou a ser calculada em razão de três índices criados pelo governo: o Índice de Qualidade da Educação (IQE)¹⁰, que atende por 18% da composição do repasse; o Índice de Qualidade da Saúde (IQS), que corresponde por 5%; e o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM), com 2%. (SEDUC, 2012). Esse sistema de repasse tem proporcionado aos municípios, uma distribuição mais equânime dos recursos.

Percebe-se a importância que as avaliações educacionais e os processos de aprendizagem representam na política municipal, mais notadamente, em razão do desempenho educacional do município, calculado pelo IQE, subsidiar a transferência dos recursos. Diante disso, o processo de alfabetização passou a ser visto com mais seriedade e responsabilidade pelos gestores municipais que, cada vez mais, desejam a evolução no desempenho dos seus alunos avaliados no SPAECE- Alfa. A apropriação dos dados produzidos nas avaliações

¹⁰ Para o cálculo do IQE são considerados os dados originados pelo SPAECE, uma vez que todos os municípios participam, e é formado pelo Índice de Qualidade da Alfabetização (IQA), relacionado ao 2º ano, e o Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (IQF). Os dados são compostos pela integração de todos os alunos matriculados, pelo desempenho relativo da rede pública municipal, pela avaliação da proficiência dos alunos, pela desigualdade de desempenho entre os estudantes da rede municipal, pelo nível de proficiência dos alunos no ano de referência e pela evolução em relação ao ano anterior. (IPECE, 2018).

auxiliam na orientação para o estabelecimento de novas condutas e estratégias, bem como para o desenvolvimento e estímulo de ações que melhorem os indicadores e contribuam para o desenvolvimento educacional do município.

Posteriormente, os fundamentos do PAIC foram adicionados à agenda da política educacional do país, motivando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). (Brasil/MEC, 2012). O PNAIC é um programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em 2012, de apoio às redes públicas, com a participação articulada entre governo federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, dispostos a mobilizar esforços e recursos na valorização dos professores e das escolas; no apoio pedagógico, com materiais didáticos de qualidade para todas as crianças do ciclo de alfabetização e na implementação de sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento, com a finalidade de alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade, visando o cumprimento da Meta 5, do PNE 2014-2024, “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.” (BRASIL, 2012).

A importância do PNAIC é fortalecida com base no desenvolvimento de ações pautadas na prática reflexiva e nas dinâmicas e intervenções compartilhadas no cotidiano escolar. Sua proposta segue os seguintes princípios norteadores: Currículo inclusivo, integração entre os componentes curriculares, interesse na organização do trabalho pedagógico, seleção e discussão de temáticas fundamentais e ênfase na alfabetização e letramento das crianças.

Para a execução do pacto, as ações são apoiadas em quatro eixos de atuação: Formação continuada presencial para professores alfabetizadores e orientadores de estudo; Gestão, mobilização e controle social; Avaliações sistemáticas e Materiais didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

O pacto evidenciou uma efetiva política de *accountability*, conforme as três dimensões, citadas por Afonso (2009): avaliação, prestação de contas e responsabilização. Segundo o autor, um sistema formal de *accountability* envolve a determinação e a sistematização de padrões de resultados, assim como o estabelecimento de consequências de acordo com o resultado adquirido. Ao mesmo tempo em que o PNAIC viabiliza ao professor subsídios formativos, o submete a responsabilização, acerca dos resultados obtidos no processo, demonstrando o *accountability*, como estratégia de política educacional. (ESQUINZANI, 2016).

Diante da meta de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, da estrutura técnica e financeira disponibilizada e da cobrança quanto aos resultados de desempenho nas avaliações, configura-se um modelo de responsabilização. A autora acrescenta que “o Pacto legitima a formação docente continuada como estratégia de repasse do *accountability*, colocando o professor alfabetizador como coadjuvante no processo de formação, mas como protagonista na responsabilização.” (ESQUINZANI, 2016, p. 2465).

Portanto, o estado apresenta dois procedimentos adotados como critérios de resultados e classificação na avaliação do SPAECE-Alfa: o repasse da cota-parte ICMS e o Prêmio Escola Nota Dez. Ou seja, as estratégias utilizadas pelo governo, premiação, bonificação e repasse financeiro, estão relacionados aos resultados das avaliações do SPAECE-Alfa. (SOARES, WERLE, 2018).

Por sua vez o Prêmio Escola Nota 10 é destinado às escolas públicas do Ceará, de acordo com os resultados nas avaliações do SPAECE. Os resultados referentes às avaliações do SPAECE-Alfa, são expressos pelo Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa). Esse destina dinheiro às 150 escolas com os melhores resultados no estado, chamadas premiadas e também favorece com recursos financeiros, 150 escolas com baixo desempenho na avaliação, denominadas de escolas apoiadas. Esse prêmio produz, entre as escolas com melhores resultados e as mais deficientes, metodologias de colaboração, compensação e recompensa, por meio de ações de cooperação técnico-pedagógica, onde a escola premiada deve

ajudar a escola apoiada a superar as dificuldades e melhorar a aprendizagem de seus alunos. Tendo essas preocupações e visualizações das políticas nacionais e estaduais, neste trabalho menciono a trajetória da Escola Municipal Prof. Luís Costa, na cidade de Fortaleza. Percebe-se uma significativa mudança no seu rendimento escolar, depois de ser apoiada em 2011, ela foi destaque em 2019, pois ficou entre as 150 escolas premiadas no estado e a única na capital, no citado programa, Escola Nota 10. Nessa perspectiva, apresenta-se, a seguir, a cidade de Fortaleza, sua Rede Municipal de Ensino e os dados da Escola Municipal Prof. Luís Costa, principal assunto desse artigo.

4 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUÍS COSTA: SUA TRAJETÓRIA NAS AVALIAÇÕES DO SPAECE-ALFA

A cidade de Fortaleza tem 294 anos, possui uma população estimada de 2.686.612 habitantes, distribuídos em uma área de 313,8 km² (IBGE, 2020). Na área educacional destaca-se por apresentar uma das maiores redes de ensino pública do país, a 4ª maior rede em número de matrículas, dentre as capitais brasileiras. A rede municipal de ensino, em 2020 registrou 230.737 alunos distribuídos em 582 unidades educacionais (CENSO ESCOLAR, 2020).

A capital Fortaleza conseguiu merecido destaque no IDEB 2019, anos iniciais do ensino fundamental. Sua nota foi 6.2, ficando na 5ª posição entre as capitais e 93,5% das escolas avaliadas superaram a meta projetada de 5.2. Ou seja, já bateu a meta projetada para 2021. Em 2007, Fortaleza ocupava a pior colocação: 24ª. (INEP, 2020).

Evidenciando o caminho percorrido pela E.M. Prof. Luís Costa, localizada à Rua Jaime Leonel, nº 156, no bairro Luciano Cavalcante, em Fortaleza, fundada em 01º de fevereiro de 1967, com 54 anos de funcionamento, no que diz respeito ao seu desempenho nas avaliações do SPAECE-Alfa, direcionamos a escrita deste artigo para os anos iniciais do ensino fundamental, principalmente, para o 2º ano.

A proposta deste trabalho é apresentar uma série história dos resultados de desempenho, nas avaliações do SPAECE-Alfa, da E.M. Prof. Luís Costa, no período de 2011 a 2019. Contudo, em 2011, a escola registrou a pior proficiência e padrão de desempenho do período e, diante desse resultado e da política pública adotada no estado, Prêmio Escola Nota 10, a mesma foi inserida entre as 150 escolas do estado que apresentaram os piores resultados, ingressando assim, no rol das escolas apoiadas. Manifesta-se assim a suposição, de que o tempo para a melhoria dos resultados entre a escola ser apoiada e ser premiada não foi um período curto, o que leva a crer, que o processo foi ajustado. Entende-se que a escola ao mudar de categoria entre adotada e premiada num período breve, pode deixar dúvidas de que a categorização foi improdutiva ou que teve elevada margem de erro. Uma escola que passa das piores para as melhores em período tão curto desafia a própria lógica dos sistemas de apoio. (BROOKE e CUNHA, 2011).

Nesse sentido, revela-se os resultados relacionados ao município, em 2011, os quais apontavam que 39,6% das crianças alcançaram o padrão de desempenho desejável, indicando que a capital apresentava um padrão de desempenho suficiente, conforme dados da tabela 1.

Tabela 1 - Resultado de Desempenho - 2º ano - Município de Fortaleza - 2011

Proficiência Média	Desvio Padrão	Padrão de Desempenho	% de Alunos do Município por Padrão de Desempenho					Nº de Alunos Previstos	Nº de Alunos Avaliados	Participação (%)	Proficiência Média Ajustada
			Não Alfabetizado	Alfabetização Incompleta	Intermediário	Suficiente	Desejável				
140,3	42,7	Suficiente	6,3	11,7	18,0	24,5	39,6	21463	19842	92,4	90,6

Elaboração própria. Fonte: SEDUC/SPAEC/2011

A título de comparação, na tabela 2 observa-se os dados da escola, em 2011, quando a mesma foi indicada como escola apoiada, devido ao baixo desempenho.

Tabela 2 - Resultado de Desempenho - 2º ano - Escola Municipal Prof. Luís Costa - 2011

Proficiência Média	Desvio Padrão	Padrão de Desempenho	% por Padrão de Desempenho					Nº de Alunos Previstos	Nº de Alunos Avaliados	Participação (%)	Taxa de Participação	Proficiência Padronizada	Fator de Ajuste	IDE (Cálculo 2012)
			Não Alfabetizado	Alfabetização Incompleta	Intermediário	Suficiente	Desejável							
106,7	34,7	Intermediário	26,7	17,8	26,7	17,8	11,1	51	46	90,2	0,9	5,3	0,4	2,03

Elaboração própria. Fonte: SEDUC/SPAEC/2011

Desse modo, pode-se identificar que a escola possuía apenas 11,1% das crianças no padrão de desempenho desejável e que, 26,7% dos alunos do 2º ano, não eram alfabetizados, designando para a escola o padrão de desempenho intermediário, ou seja, a indicação que os alunos conseguem ler com autonomia palavras com padrões silábicos mais complexos, localizam informações em textos curtos, de vocabulário simples e também demonstram um maior domínio com textos escritos. (CAED, 2020).

Tendo em vista os resultados aferidos em 2011, a E.M. Prof. Luís Costa foi apoiada, conforme critérios do Escola Nota 10, que caracteriza-se numa política que utiliza a avaliação externa para responsabilizar os atores educacionais pelos resultados escolares, a partir da recompensa escolar, promovendo mudanças assertivas no trabalho docente, estimulando todos os envolvidos na melhoria do desempenho educacional dos alunos e, conseqüentemente, no alcance das metas e evolução dos índices educacionais. O prêmio funciona como política indutora para as escolas que apresentam os melhores resultados, e política apoiadora às escolas com resultados mais baixos, e assim, nesse processo de cooperação, intensifica ações na escola, no sentido de melhorar os índices e avançar nos resultados de desempenho dos alunos. (SEDUC, 2020).

O Escola Nota 10 tem como principal objetivo, promover a melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública e seus objetivos específicos consistem em: Implementar o plano de melhoria dos recursos financeiros, após resultados do SPAECE, para as escolas que obtiveram os maiores e menores resultados no IDE-Alfa, IDE-5¹¹ e IDE-9¹²; Oportunizar as escolas premiadas no desenvolvimento de ações de cooperação técnico pedagógico de apoio às escolas com menores resultados; Estimular as escolas premiadas a manter um trabalho de qualidade educacional. (SEDUC, 2020).

Como observado nos objetivos específicos, citados acima, outro elemento surgiu para colaborar na composição e divulgação dos resultados educacionais no Ceará, o Índice de Desempenho Escolar (IDE), em 2009. Foi produzido a partir da necessidade de mostrar, de

¹¹ Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do Ensino Fundamental.

¹² Índice de Desempenho Escolar do 9º Ano do Ensino Fundamental

maneira mais clara, o desempenho do município, da escola e do aluno nas avaliações do SPAECE. Neste caso, o IDE-Alfa busca identificar o desempenho da escola com relação ao seu processo de alfabetização. O cálculo está vinculado aos resultados das avaliações do SPAECE-Alfa e é formado a partir da multiplicação de três recursos: a proficiência da alfabetização, convertida para uma escala de 0 a 10, multiplicada pela taxa de participação na avaliação da alfabetização e pelo fator de ajuste. Diante de tais questões a Proficiência da Alfabetização é o resultado da avaliação do 2º ano, interpretado através de uma escala de proficiência onde 200 é o limite superior para cálculo do IDE. As pontuações nessa escala correspondem ao conjunto de competências esperadas por nível de desempenho do aluno. (SEDUC, 2020). Por sua vez a taxa de participação é o resultado do total de alunos que participaram da avaliação, dividido pelo número de alunos matriculados nas turmas avaliadas. É um recurso utilizado como forma de estimular a participação efetiva de todos na avaliação. (SEDUC, 2020).

O fator de ajuste é empregado com o objetivo de incentivar a escola a inserir um maior percentual de alunos nos níveis adequados. Para a alfabetização, ele atribui um valor percentual de 0 a 100%, com base na disposição das crianças em cada nível de aprendizado: Não alfabetizado, alfabetização incompleta, intermediário, suficiente e desejado. Esses padrões foram originados a partir dos cortes numéricos, que agrupam os níveis da escala de proficiência, de acordo com as metas fixadas pelo SPAECE-Alfa, os quais representam o perfil de desempenho dos alunos. (CAED, 2020).

Todos os anos, o nível de proficiência dos alunos do 2º ano do ensino fundamental das escolas do estado do Ceará é identificado por meio das avaliações do SPAECE-Alfa, com o propósito de diagnosticar a aprendizagem e examinar a evolução do desempenho dos alunos e os fatores associados a esse desempenho, produzindo dados que permitem o estabelecimento de ações prioritárias de intervenção na rede pública de ensino. O resultado dessa avaliação externa é um importante indicador de qualidade da educação ofertada e, também, um mecanismo de gestão, pautado em critérios de competência e planejamento, pois referenciam as mudanças necessárias, o monitoramento do processo e dos resultados, bem como a política de responsabilização dos atores envolvidos.

Quanto a tendência em repercutir efeitos a médio e longo prazos, as intervenções pedagógicas, decorrentes dos resultados apresentados nas avaliações da escola em estudo, principalmente no período de 2011 a 2019, indicam a hipótese de que os programas PAIC e Escola Nota 10, parecem ter promovido resultados significativos no que se refere ao processo de alfabetização. O desafio apresentado à escola quando esteve na situação de escola apoiada, conforme resultados do 2º ano de ensino fundamental, em 2011, se configurou numa pauta de iniciativas, especialmente direcionadas aos agentes escolares, no intuito de promover mudanças na prática docente e no desempenho das crianças. A determinação de ações colaborativas advindas da escola premiada, para com a escola apoiada visam, principalmente, estimular e agregar conhecimentos, práticas exitosas e troca de experiências. Então, é possível atribuir a evolução do desempenho da E.M. Prof. Luís Costa, nos anos subsequentes, ao aprendizado adquirido nesse período, como escola apoiada.

Em seguida, a tabela 3 apresenta os dados da E.M. Prof. Luís Costa, nos anos de 2012 a 2019.

Tabela 3 - Resultado de Desempenho - 2º ano - Escola Municipal Prof. Luís Costa - 2012 a 2019

Edição	Proficiência Média	Desvio Padrão	Padrão de Desempenho	% por Padrão de Desempenho					Nº de Alunos Previstos	Nº de Alunos Avaliados	Participação (%)	Taxa de Participação	Proficiência Padronizada	Fator de Ajuste	IDE Alfa
				Não Alfabetizado	Alfabetização Incompleta	Intermediário	Suficiente	Desejável							
2012	141,0	35,5	Suficiente	2,4	7,3	29,3	29,3	31,7	44	41	93,2	0,9318	7,0475	0,7012	4,6
2013	130,6	25,3	Suficiente	0,0	10,0	45,0	25,0	20,0	17	20	117,6	1,0000	6,5303	0,6375	4,2
2014	136,5	26,8	Suficiente	0,0	5,3	31,6	31,6	31,6	20	19	95,0	0,9500	6,8268	0,7237	4,7
2015	249,4	37,2	Desejável	0,0	0,0	0,0	5,9	94,1	15	17	113,3	1,0000	10,0000	0,9853	9,9
2016	197,3	36,9	Desejável	0,0	0,0	0,0	9,5	90,5	20	21	105,0	1,0000	9,8627	0,9762	9,6
2017	259,1	30,9	Desejável	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	34	36	105,9	1,0000	10,0000	1,0000	10,0
2018	231,5	37,5	Desejável	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	32	33	103,1	1,0000	10,0000	1,0000	10,0
2019	268,6	17,6	Desejável	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	39	41	105,1	1,0000	10,0000	1,0000	10,0

Elaboração própria. Fonte: SEDUC/SPAECE/2020

Diante do baixo desempenho registrado em 2011, a escola recebeu apoio técnico e pedagógico de uma das escolas premiadas no mesmo ano, em virtude do Programa Escola Nota 10. Presume-se que as políticas públicas vigentes no estado, citadas anteriormente, fomentaram na comunidade escolar um desejo de mudança, no sentido de promover um ensino de qualidade, com equidade para todos, executando ações e estratégias para a alfabetização plena das crianças, na idade certa, e o acompanhamento pedagógico e formativo aos professores alfabetizadores.

Para auxiliar na interpretação dos domínios e habilidades adquiridos pelas crianças são atribuídos significados, de acordo com o nível de conhecimento alcançado pelo aluno e, esses níveis são distribuídos numa escala. Os intervalos da escala são estabelecidos segundo diretrizes pedagógicas e metas educacionais da rede de ensino.

No SPAECE, a escala da alfabetização, ou seja, do 2º ano do ensino fundamental, é produzida por cinco padrões de desempenho, distribuídos conforme a pontuação obtida. Até 75 pontos indica que o aluno não foi alfabetizado; De 75 a 100 pontos mostra que a alfabetização está incompleta; De 100 a 125 assinala um nível intermediário; De 125 a 150 aponta para o nível suficiente e acima de 150 pontos caracteriza o nível desejado.

Esses padrões, definidos pela Secretaria de Educação do Ceará, apresentam de forma clara e objetiva, o estágio de desenvolvimento do processo de alfabetização, atingido pelas crianças, e dessa forma é possível relacionar o percentual de alunos situados em cada nível e as habilidades adquiridas por eles. (CAED, 2014).

Portanto, os padrões de desempenho educacional servem, também, como referência para demonstrar a qualidade do ensino ofertado pela escola e possibilitar a análise da aprendizagem, conforme o perfil de desempenho e percentual de alunos distribuídos nos diferentes níveis.

Embora, as competências e habilidades agrupadas nos padrões não esgotam tudo aquilo que os alunos desenvolveram e são capazes de fazer, uma vez que as habilidades avaliadas são aquelas consideradas essenciais em cada etapa de escolarização e possíveis de serem avaliadas em um teste de múltipla escolha. Cabe aos docentes, através de instrumentos de observação e registros utilizados em sua prática cotidiana, identificarem outras características apresentadas por seus alunos e que não são contempladas nos padrões. Isso porque, a despeito dos traços comuns a alunos que se encontram em um mesmo intervalo de proficiência, existem diferenças individuais que precisam ser consideradas para a reorientação da prática pedagógica. (CAED, 2014).

É interessante descrever algumas particularidades dos padrões de desempenho do SPAECE-Alfa, para que possamos identificar os critérios utilizados na sua categorização.

Então vejamos, o padrão de desempenho designado, não alfabetizado, indica que os conhecimentos dos alunos sobre a escrita são escassos e realizam tarefas com dificuldades; o padrão de desempenho denominado, alfabetização incompleta, demonstram que os alunos possuem habilidades básicas e fundamentais à alfabetização e conseguem ler palavras com nível silábico bem simples; os alunos que apresentam um padrão de desempenho intermediário conseguem ler, com autonomia, palavras mais complexas e localizam informações em pequenos textos, de vocabulário simples; no padrão de desempenho suficiente, os alunos conseguem realizar tarefas que necessitam de uma leitura mais elaborada, pois são considerados alfabetizados, no entanto ainda apresentam dificuldades nas leituras mais extensas e, os alunos que apresentam o padrão de desempenho desejável, exibem uma leitura mais independente, identificam e compreendem o assunto do texto, característica que é fundamental para a continuidade de seu percurso escolar.

Percebe-se a importância da identificação dos padrões de desempenho, para um melhor entendimento acerca dos dados utilizados na construção da série histórica da E.M. Prof. Luís

Costa, por isso, além da proficiência média e do IDE-Alfa, incluímos o registro dos padrões de desempenho.

Prosseguindo a exposição da trajetória da escola citada, pode-se observar na tabela 3, que em 2012 houve um crescimento e registra uma proficiência de 141,0, porém nos anos seguintes teve um decréscimo, obtendo uma proficiência de 130,6 em 2013 e 136,5 em 2014. O padrão continuou suficiente e o IDE-Alfa não passou de 4,7.

Entretanto em 2015 a escola deu um salto admirável ao apresentar uma proficiência média de 249,4 e IDE-Alfa de 9,9, registrou um percentual de 94,1% de crianças no padrão desejável e que, desde então, tem mantido resultados satisfatórios e um desejável padrão de desempenho.

Nos anos subsequentes, a escola manteve sua atuação, apresentando bons resultados nas avaliações, até que, em 2019, a escola superou todos os resultados obtidos e apresentou nas avaliações do SPAECE-Alfa, uma proficiência de 268,6 e IDE-Alfa 10,0. Com esse resultado, foi uma das 150 escolas premiadas no estado do Ceará e a única na capital, no 2º ano do ensino fundamental.

À medida que os anos passam, a escola demonstra progressão quanto aos resultados alcançados, ou seja, os alunos apresentam melhores padrões de desempenho. Como podemos observar, em 2011 o padrão de desempenho da escola foi intermediário, apontando que 26,7% dos alunos do 2º ano do ensino fundamental não estavam alfabetizados e 17,8% apresentavam alfabetização incompleta.

Nos anos seguintes o cenário muda e já apresenta bons resultados. De 2012 a 2014 o padrão de desempenho passou para suficiente. Em 2015 a escola consegue alcançar o padrão de desempenho desejável e, desde então, tem se estabilizado.

Ressalta-se que, desde 2017, todas as crianças do 2º ano do ensino fundamental da E.M. Prof. Luís Costa apresentam alfabetização completa e são alunos que, provavelmente, conseguem realizar leituras de forma independente, uma característica basilar para o seu desenvolvimento, favorecendo o seu percurso escolar.

Nesse sentido, o panorama apresentado pela escola permite observar que a evolução, da mesma, transcorreu com base na fórmula de responsabilização presente no PAIC e que define como principal objetivo, alfabetizar todas as crianças até os 7 anos de idade. Diante de fatores que primam pelo êxito do PAIC, podemos citar: recursos pedagógicos essenciais, governança participativa, monitoramento e avaliação, cooperação e incentivos, compromisso técnico e político e engajamento pelo diálogo. (SEDUC, 2012).

Para Afonso (2009) um sistema de responsabilização consiste em verificar os padrões de resultados, imaginando, sobretudo, algumas consequências quando se alcança ou não esses resultados. Nesse contexto, o Escola Nota 10 contribuiu para diagnosticar a situação desfavorável em que se encontrava a E.M. Prof. Luís Costa, em 2011, que admitiu as fragilidades existentes, concordou com as novas metodologias obtidas a partir da assistência recebida e passou a adotar procedimentos que revitalizaram a sua prática pedagógica.

Neste sentido, um sistema de *accountability* democraticamente avançado inclui a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, mas dentro de articulações congruentes que se referenciem ou sustentem em valores essenciais como a justiça, a transparência, o direito à informação, a participação, a cidadania. (AFONSO, 2009, p. 16).

É muito provável que as estratégias de planejamento, monitoramento e as políticas de responsabilização, no estabelecimento das intervenções pedagógicas, possibilitaram modificar a situação preocupante em que se apresentava a aprendizagem das crianças no 2º ano do ensino

fundamental, etapa de extrema importância por se tratar da alfabetização, na E.M. Prof. Luís Costa.

Outro dado a ser considerado é que durante a aplicação do SPAECE-Alfa, a escola tem apresentado a participação de todas as crianças do 2º ano nas avaliações, conforme percebido na tabela 4, e desde 2017, nenhuma criança deixou de ser avaliada e apresentar o nível de alfabetização desejável.

Tabela 4 - Resultado de Desempenho - 2º ano - Escola Municipal Prof. Luís Costa - 2012 a 2019

Edição	Nº de Alunos Previstos	Nº de Alunos Avaliados	Nº de alunos por Padrão de Desempenho				
			Não Alfabetizado	Alfabetização Incompleta	Intermediário	Suficiente	Desejável
2012	44	41	1	3	12	12	13
2013	17	20	0	2	9	5	4
2014	20	19	0	1	6	6	6
2015	15	17	0	0	0	1	16
2016	20	21	0	0	0	2	19
2017	34	36	0	0	0	0	36
2018	32	33	0	0	0	0	33
2019	39	41	0	0	0	0	41

Elaboração própria. Fonte: SEDUC/SPAECE/2020

A despeito de apresentar um número restrito de alunos, no 2º ano, a escola demonstra interesse que todos participem das avaliações, pois percebemos que somente em 2012 e 2015, o número de alunos avaliados foi menor que o número de alunos previstos. Conforme a tabela 2, a escola apresentou, em 2011, os piores resultados e avaliou 46 alunos, no caso, o maior número dentre todos.

Compreende-se que a unidade escolar aludida, apresenta uma configuração pequena e que esse fator interfere de maneira positiva na aprendizagem dos alunos, visto que possibilita um acompanhamento mais satisfatório pelo professor, no entanto esse número não pode ser muito reduzido, em razão de um dos critérios utilizados para premiação, no referido programa, dizer que a escola deve ter no momento da avaliação do SPAECE-Alfa, no mínimo 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental. Os outros critérios são: ter obtido média do IDE-Alfa, situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10,0 (dez) e ter no mínimo 90% de alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental, avaliados pelo SPAECE-Alfa. (SEDUC, 2012).

A participação deve ser a maior possível, pois para assegurar a credibilidade dos resultados educacionais dos municípios, o governo ajusta o cálculo do IQE com base no percentual de alunos que realizam a avaliação. Esse fator estimula a escola quanto ao interesse na participação de todas as crianças e, também, previne a exclusão, nas avaliações, dos alunos com baixo desempenho, recurso que elevaria a média geral nas avaliações. Acerca da influência desse indicador (KOSLINSKI, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2017) expressam que:

A dimensão referente à taxa de participação – parece inibir as práticas de exclusão de alunos. Observamos um efeito positivo na taxa de participação tanto para as escolas premiadas como para as apoiadas. Assim, mesmo sendo foco de uma política de alta consequência, o IDE-Alfa não parece ser inflado por tal uso. (KOSLINSKI, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2017, p 841).

Portanto, a taxa de participação nas avaliações do SPAECE-Alfa está diretamente relacionada ao IQE, o qual tem, em sua composição, o Índice de Qualidade da Alfabetização – IQA. Na tabela 5, dispõe-se os dados do ano 2019, de Fortaleza, necessários à composição do IQE, o qual é baseado em indicadores de nível e melhoria da qualidade da Educação Básica.

Tabela 5 - Informações para o cálculo do IQE - Índice de Qualidade Educacional - 2º ano						
Índice de Qualidade da Alfabetização - IQA - Fortaleza - 2019						
Matrículas	Avaliados	Percentual de Participação nos Exames da Alfabetização	Média das notas dos alunos do 2º ano do EF no exame da alfabetização	Classificação dos alunos do 2º ano do EF no exame da alfabetização (%)		
				Não Alfabetizados	Alfabetização Incompleta	Alfabetização Desejável
16025	15867	99,0	198,4	0,9	2,1	82,1

Elaboração própria. Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE/2020

Nesse caso, é relevante a associação do IQA, um dos elementos que integram a formação do IQE, em razão de reconhecer que o problema educacional, em nosso estado, está diretamente ligado à qualidade do ensino e das crianças alfabetizadas nas escolas públicas. O panorama da E.M. Prof. Luís Costa, bem como o do município de Fortaleza parece ser o mesmo dos municípios cearenses, onde os gestores percebem a importância e incentivam a participação nas avaliações e à promoção de uma educação de qualidade para todos, também pelo fato do Índice Municipal de Qualidade Educacional, já comentado nesse trabalho, ser fundamental para o repasse do ICMS, tão importante para o desenvolvimento do município.

Diante do desempenho satisfatório da escola citada, é possível considerar que a influência das políticas de responsabilização no aperfeiçoamento de profissionais, alunos, escolas e municípios, reveladas pelo PAIC, Prêmio Escola Nota 10 e pela parceria das escolas premiadas e apoiadas, tenham proporcionado bons resultados, condutas responsáveis e aprendizagens satisfatórias, por meio das avaliações do SPAECE, no estado do Ceará.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar a trajetória da Escola Municipal Professor Luís Costa, da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, no período de 2011 a 2019, nas avaliações do SPAECE-Alfa, destinada aos alunos do 2º ano do ensino fundamental.

O interesse surgiu a partir da análise dos dados secundários da escola e da percepção dos resultados nas avaliações do SPAECE-Alfa, de 2019, quando o padrão de desempenho da referida escola lhe destinou o Prêmio Escola Nota 10, colocando-a entre as 150 escolas premiadas no estado do Ceará e a única na capital.

O fato gerou mais curiosidade quando percebe-se que a escola, em 2011, na mesma avaliação, teve um baixo desempenho e a colocou entre as 150 escolas apoiadas no estado, com relação ao Prêmio Escola Nota 10. O período, entre ser apoiada e ser premiada, não foi curto, e certamente, foram anos de muito trabalho, aprendizado, mudanças e compromisso de toda a comunidade escolar, no sentido de melhorar a qualidade do ensino ofertado às crianças. Decerto foi necessário relacionar os resultados das avaliações e a rotina na sala de aula, a capacitação de professores alfabetizadores, a gestão escolar na busca de constituir metodologias eficientes voltadas, principalmente, à alfabetização plena das crianças, e não somente identificar os problemas, elaborar diagnósticos, mas sem intervenções convincentes.

Quando a escola foi apoiada por uma escola premiada, em 2011, infere-se que várias transformações aconteceram na rotina escolar das crianças e professores do 2º ano, na citada escola e, nesse sentido, o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, foi essencial para mudar o cenário em que se encontrava a E.M. Prof. Luís Costa.

Nessa perspectiva, o Prêmio Escola Nota 10, criado em 2009, como uma política de avaliação e responsabilização, utiliza os resultados das avaliações do SPAECE para examinar a efetividade do desempenho educacional, identificar, classificar e publicizar os resultados e, então, premiar ou apoiar as escolas de ensino fundamental da rede pública do estado do Ceará. A premiação é realizada por meio de incentivos financeiros para gestores, professores e funcionários, assim como, a escola também é beneficiada com investimentos destinados a infraestrutura escolar, capacitação docente, material pedagógico, entre outros.

As escolas apoiadas também recebem estímulo financeiro e assistência técnico-pedagógica, para que possam sair da situação difícil, melhorem o desempenho dos alunos e, finalmente, alcancem uma aprendizagem de qualidade. É importante que os resultados, sejam positivos ou negativos, cheguem aos professores, gestores, pais, assim como toda a comunidade escolar, para que todos se reconheçam nesses resultados e na ação pedagógica retratada.

Na hipótese da referida escola ter se beneficiado, quando esteve com o desempenho desfavorável na alfabetização e recebeu suporte, incentivos e capacitação para evoluir gradualmente, até inverter sua posição para escola premiada e então, também, apoiar outra escola, que não obteve bons resultados, isso não significa a garantia de êxito permanente, por isso é essencial o compromisso de todos, na continuidade do processo, com vistas a permanência dos bons resultados nas avaliações e as crianças alfabetizadas integralmente.

Apesar de somente uma escola, em Fortaleza, ter sido premiada nas avaliações do SPAECE-Alfa, em 2019, a cidade apresenta um quadro bastante favorável. Um breve histórico acerca do padrão de desempenho obtido pelas escolas de Fortaleza, nas avaliações do SPAECE-Alfa, destaca-se que em 2011, somente 24,9% das escolas alcançaram padrão de desempenho desejável na citada avaliação. Em 2015, 73,4% atingiram o padrão desejável e em 2019, 100% das escolas conseguiram o padrão de desempenho desejável, com 94,4% dos alunos alfabetizados.

Diante do panorama apresentado, supõe-se que as políticas públicas de responsabilização, adotadas no estado, o PAIC e a Escola Nota 10, estão conseguindo produzir resultados satisfatórios e, de maneira geral, a condição referente a alfabetização na idade certa, prescrita no PAIC, está sendo conduzida de forma adequada e eficiente, contudo presume-se que as crianças sejam alfabetizadas integralmente.

É apropriado enaltecer o protagonismo docente, o compromisso dos gestores e o empenho para que os objetivos pertinentes às políticas públicas educacionais no estado do Ceará sejam seriamente alcançados. Enfatiza-se então, as evidências das avaliações educacionais em larga escala, no direcionamento das políticas educacionais, a sua influência, tanto na instrução dos alunos, quanto no exercício profissional dos docentes e na gestão escolar e das redes de ensino, pois o resultado advindo dessas avaliações podem redefinir e reorientar as políticas públicas, assim como fornecer diferentes e relevantes informações sobre a infraestrutura da escola, a aprendizagem dos alunos, a qualificação docente, as propostas pedagógicas, a gestão escolar, entre outras, que propiciam a identificação do cenário existente e o monitoramento da qualidade educacional.

Contudo, no estágio de alfabetização, não se deve esquecer que trabalha-se com crianças, em formação e, não são somente os números que importam na verificação e monitoramento da aprendizagem e das habilidades adquiridas, mas as relações sociais, culturais, afetivas e emocionais, que no processo de crescimento são de extrema necessidade e a comunidade escolar deve estar envolvida nesse desenvolvimento do aluno.

Considerando que a formação das crianças não evolui satisfatoriamente, caso o interesse predominante seja, somente, a verificação da leitura e da matemática, enquanto outros conhecimentos indispensáveis para o desenvolvimento integral de uma criança, na qual prevaleçam princípios humanos nas relações sociais compreendidas no ambiente escolar e familiar, não forem, também, priorizadas. Sobre essa questão, menciono (SILVA, 2020):

Entende-se que a qualidade da formação continuada de professores e o avanço do processo de alfabetização não podem ser tratados como um produto quantitativo, vinculados ao aligeiramento e subordinados à lógica instrumental da aferição de resultados, pois a educação e a formação humana são constituídas, historicamente, por elementos culturais que precisam ser apropriados pelos sujeitos.

Contudo, assim como nascer em uma sociedade letrada não garante ao ser humano o domínio da linguagem escrita de forma espontânea, submeter os alunos a processos padronizados de avaliação não visa à garantia do acesso ao conhecimento sistematizado, nem à apropriação do saber. (SILVA, 2020, p. 350).

Apesar da complexidade do processo, compreendemos a importância de pontuar a influência das avaliações externas, na complementação dos aspectos de formação humana, destacados por Silva. Ambos se integram no processo de conhecimento. É importante avaliar para obter resultados quantitativos, também será para compor análises, diagnósticos e estudos qualificados, com o objetivo fundamental de proporcionar um desenvolvimento integral aos nossos aprendizes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: Crítica à accountability baseada em testes padronizados e rankings escolares.** Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 dez 2020.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.º. 108, p. 101-132, Nov. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 nov de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Legislação.** Disponível em www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3339-lei-n-11494-de-20-de-junho-de-2007. Acesso em 26 nov de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programas.** Disponível em <https://www.fnde.gov.br/programas>. Acesso em 26 nov de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.** Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/bolsas-e-auxilios/eixos-de-atuacao/lista-de-programas/item/6433-pacto-nacional-pela-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-da-idade-certa-%E2%80%93-pnaic>. Acesso 26 nov de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso 26 nov de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Avaliações e Exames Educacionais**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/> Acesso em 26 nov de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA**: Documento básico, 2013. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf. Acesso em 19 dez de 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **O Pacto Nacional pela Alfabetização – PNAIC**. Brasília, DF: INEP, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11268-gt-capitais-pnaic-apresentacao-21062012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 dez de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 27 nov de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/PNAIC**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnld/pnld-pnaic>. Acesso em 26 nov de 2020.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. Estudos & Pesquisas Educacionais. São Paulo, Fund. Victor Civita, v. 2, p. 17-79, 2011. Disponível em <http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/livro2-2011.shtml>. Acesso em 30 nov de 2020.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará – Ipece. **Cartilha da cota parte do ICMS**. Fortaleza. 2009. Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/COTA-PARTE-DO=ICMS_CARTILHA.pdf. Acesso em 30 dez de 2020.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará – Ipece. Revista de Desenvolvimento do Ceará - Ipece, Nº 01, Outubro, 2010. **Uma análise do analfabetismo, fluxo e desempenho dos estudantes do ensino fundamental no estado do Ceará**. Disponível em <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2016/07/10.pdf>. Acesso em 30 dez de 2020.

CEARÁ. Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015. Institui o **Prêmio Escola Nota Dez**. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106463698/doi-cecaderno-1-15-12-2015-pg-6>. Acesso em 22 dez de 2020.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC/Escola Nota 10**. Disponível em <https://paic.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/downloads/section/8-premio-escola-nota-10>. Acesso em 11 dez de 2020.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC no Ceará / Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)**. Fortaleza, 2012. Disponível em https://paic.seduc.ce.gov.br/images/biblioteca/livro_regime_de_colaboracao.pdf. Acesso em 28 set de 2020.

- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar: Educação de qualidade começando pelo começo.** 2005. Disponível em https://paic.seduc.ce.gov.br/images/biblioteca/relatorio_final_comite_cearense_elimizacao_analfabetismo/revista_unicef.pdf. Acesso em 27 set de 2020.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – Spaace-Alfa.** Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/resultado-spaace-alfa/> Acesso em 15 set de 2020.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaace).** Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace>. Acesso em 15 set de 2020.
- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – CAEd. **Spaace.** Disponível em <http://www.spaace.caedufjf.net/>. Acesso em 20 nov 2020.
- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – CAEd. **Spaace/Padrões de Desempenho.** 2014. Disponível em <http://www.spaace.caedufjf.net/o-sistema/padroes-de-desempenho>. Acesso em 05 fev de 2021.
- ESQUINZANI, Rosimar Serena Siqueira. **O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a responsabilização (accountability) do professor alfabetizador.** Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v.11, n. esp. 4, p. 2465-2482, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.18222/eae.v28i69.4087>. Artigo. Acesso em 11 jan de 2021.
- FONTANIVE, Nilma Santos. **A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas.** Em: Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, vol. 21, n.78, p. 83-100, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362013000100005&script=sci_arttext. Acesso em 25 nov de 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 21 dez de 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Fortaleza** código: 2304400. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em 21 dez de 2020.
- KOSLINSKI, Mariane Campelo; RIBEIRO, Eduardo; OLIVEIRA, Luísa Xavier. **Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do “Prêmio Escola Nota Dez”.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 804-846, set./dez. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/4087/3478>. Acesso em: 16 jan de 2020.
- LOCATELLI, Iza. **Construção de Instrumentos para a Avaliação de Larga Escala e Indicadores de Rendimento: o modelo SAEB.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 25, p. 3-21, 2002. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2189/2146>. Acesso em 26 nov de 2020.

PONTES, Luís A. Fajardo. **Indicadores educacionais no Brasil e no Mundo: as diversas faces da educação.** *In:* Avaliação e indicadores educacionais e Políticas Públicas e Escola. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2012. Disponível em: <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>. Acesso em 25 nov de 2020.

PONTES, Luís A. Fajardo. **Investimentos e resultados educacionais: os indicadores de eficiência e rendimento escolar, desempenho escolar e financiamento e gasto com a educação.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020. Disponível em <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>. Acesso em 25 nov de 2020.

SILVA, Solange Pereira da. **O processo de avaliação externa nas séries iniciais: indicadores de qualidade ou regulação do trabalho docente.** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 9, n. 2, p. 336-352, 11 jul. 2020. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/54818>. Acesso em 03 fev de 2021.

SOARES, Erineuda do Amaral; WERLE, Flávia Obino C. **Processos e políticas de avaliação no Ceará: cooperação e responsabilização.** Revista Exitus, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 34-58, 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/528>. Acesso em 5 dez de 2020.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Notícia: Comitê vai elaborar diagnóstico sobre analfabetismo escolar no Ceará,** 2004. Disponível em <https://undime.org.br/noticia/comite-vai-elaborar-diagnostico-sobre-analfabetismo-escolar-no-ceara>. Acesso em 27 set de 2020.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef.** Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 26 nov de 2020.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 45-60, Ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 dez de 2020.